

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO.....	2
Nota prévia	2
Estrutura política	2
Enquadramento Macroeconómico	3
Síntese de Resultados	4
II - RELATÓRIO FINANCEIRO	5
ANÁLISE ORÇAMENTAL	5
Principais evidências	5
Equilíbrio orçamental	6
Análise da Despesa	8
Análise da Receita	17
Movimentos de Tesouraria	23
SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA	24
Análise ao Balanço	24
Análise da Demonstração dos Resultados	28
Dívida	29
Proposta de Aplicação de Resultados	33
III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
IV – ANEXOS	

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévia

Conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, são competências do Presidente da Câmara Municipal, submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, os documentos de prestação de contas.

Em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2016, que procura refletir as origens das receitas e despesas do Município de Fornos de Algodres, bem como uma análise relativamente à sua situação económica e financeira.

Estrutura Política

A composição política dos órgãos municipais não sofreu qualquer alteração em relação ao ano transato, mantendo a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa – PSD

Vereador – José Fernando Almeida Tomaz – PSD

Enquadramento Macroeconómico

O Banco de Portugal nas suas projeções para a Economia Portuguesa para o período de 2017 a 2019, prevê que Portugal deverá manter uma trajetória de recuperação ao longo do horizonte de projeção, apresentando um ritmo de crescimento em linha com o projetado para a Zona Euro. Portugal registou um crescimento de 1,4% do PIB em 2016, prevendo-se um crescimento de 1,8% em 2017 e 1,7% e 1,6% respetivamente, para os anos 2018 e 2019. Ainda segundo o Banco de Portugal, o produto real da economia portuguesa em 2019 deverá situar-se a um nível muito próximo do registado em 2008.

As exportações quer de bens quer de serviços, tem sido das mais relevantes no processo de ajustamento da economia portuguesa, registando-se um crescimento em 2016 de 4,4 por cento, prevendo-se um crescimento de 6,0 e 4,8 por cento em 2017 e 2018, respetivamente.

No que se refere aos principais componentes da procura interna, o consumo privado deverá aumentar 2,1% em 2017, após os 2,3% registados em 2016. Este crescimento conjuga um aumento do consumo corrente face a uma diminuição da procura de bens duradouros. Este aumento da procura de bens correntes vai em linha de conta com o rendimento disponível real, num quadro de aumento do emprego e crescimento moderado dos salários reais. O consumo do setor público cifrou-se em 2016 nos 0,8%, prevendo-se um ligeiro abrandamento em 2017.

A taxa de desemprego em 2016 cifrou-se nos 11,1%, prevendo-se um decréscimo em 2017 para os 9,9 e em 2018 esta deverá situar-se nos 9%.

A inflação, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), aumenta no início do horizonte de projeção, passando de 0,6 por cento em 2016 para 1,6 por cento em 2017, e estabiliza em 1,5% no período de 2018-19. Esta aceleração dos preços em 2017, reflete em larga medida o aumento dos bens energéticos, quebrando a tendência de queda dos últimos quatro anos.

Síntese de Resultados

Em termos sintéticos destaca-se:

- ✓ O facto do Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita de 95,36%, expurgadas as receitas extraordinárias;
- ✓ O aumento da receita corrente de 0,55 % deve-se essencialmente ao aumento da rúbrica de projetos cofinanciados por fundos comunitários.
- ✓ A receita de capital é superior, em 2,70%, relativamente a 2015, ou seja, cerca de 8.310 €, fundamentalmente pela variação positiva, das transferências de capital.
- ✓ O decréscimo das despesas com pessoal em 2,7 % deveu-se sobretudo á diminuição dos encargos com o Subsidio de Refeição (15.398 €) dos Encargos com a Saúde (15.049 €) e a Indemnizações por Cessação de Funções (14.643 €)
- ✓ A diminuição de 6,57 % face ao ano transato na aquisição de bens e serviços, o que totaliza 85.520, 29€;
- ✓ O aumento de 70,44 % face ao ano transato nas aquisições de bens de capital, que totaliza 273.960,05 €
- ✓ A redução da dívida de médio e longo prazo foi de 1.439.796,05€;

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 59.723,15€.

Por fim, uma nota para os recursos humanos que, superou a meta de 2% de redução de pessoal, imposta pela Lei do Orçamento de Estado 2016.

O artigo 65.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro determina em termos de redução de trabalhadores nas autarquias locais, no mínimo, em 2 % o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2015. Em 31 dezembro de 2015 o Município de Fornos de Algodres registava um total de 91 colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2016 o número de colaboradores do Município de Fornos de Algodres fixava-se em 88.

II – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais Evidências

Quadro 1 - Indicadores

Indicador	2013	2014	2015	2016
Receita				
Crescimento da receita total	6,94%	-13,39%	7,48%	3,81%
Receitas correntes / Receitas Totais	86,56%	91,96%	92,07%	89,18%
Crescimento das receitas correntes	1,39%	-7,98%	7,60%	0,56%
Receitas Fiscais / Receitas correntes	10,00%	13,21%	13,88%	12,41%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	94,27%	90,80%	93,26%	95,99%
Despesa				
Crescimento da despesa total	10,17%	13,74%	2,59%	4,31%
Despesas correntes / Despesa total	74,22%	74,38%	68,01%	61,55%
Crescimento das despesas correntes	1,42%	-13,55%	-6,20%	-5,60%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	36,45%	42,78%	46,77%	47,70%
Despesas com Aquisição de bens e serviços / Despesas correntes	43,77%	36,21%	33,12%	32,79%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	95,51%	87,84%	87,40%	90,43%
Equilíbrio orçamental e Dívida				
Saldo corrente / Receitas correntes	13,37%	18,62%	29,06%	38,22%
Serviço da dívida / Receitas correntes	17,15%	40,22%	37,53%	37,32%

Os rácios orçamentais registam, em 2016, um acréscimo da receita total em 3,81% e a despesa total aumentou em cerca de 4,31%.

O peso das receitas fiscais sobre as receitas correntes sofreu uma diminuição de 1,47 % em relação ao ano anterior.

Ao nível das despesas totais do Município de Fornos de Algodres verifica-se, no ano em apreço, um ligeiro aumento de 4,31% por força do aumento das despesas de capital no valor 462.859,74€.

As despesas com pessoal registaram um decréscimo face a 2015, registando uma diminuição no valor de 66.010,07 €.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, foram respetivamente de 95,99% e 90,43%

O aumento do saldo corrente em 2016, associado a um aumento das receitas correntes, faz com que o rácio que lhe está associado aumente face ao ano anterior.

A diminuição do rácio associado ao serviço da dívida em 2016 resulta, do ligeiro aumento das receitas correntes.

2. Equilíbrio Orçamental

2.1. Equilíbrio Corrente

Quadro 2 – Poupança Corrente do Exercício

Designação	2016 €	2015 €	Varição 15-16
Receita corrente executada	5 378 541	5 349 282	0,55%
Despesa corrente executada	3 582 143	3 794 649	-5,60%
Poupança corrente executada	1 796 398	1 554 633	15,55%
Dívida corrente transitada da gerência anterior	11 167	99 557	-88,78%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	-119 514	-278 271	-57,05%
Receita corrente liquidada e não cobrada no exercício	43 557	43 068	1,13%
Poupança corrente do exercício	1 731 607	1 418 987	22,03%

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Tal facto verificou-se no exercício do ano 2016.

A poupança corrente bruta acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2016, é de 1.731.607 €.

2.2. Equilíbrio Efetivo

Quadro 3 – Saldo Global Efetivo

Designação	2016	2015	Variação
	€	€	15-16
Receitas Correntes	5 378 541	5 349 282	0,55%
Receitas de capital (Efetivas)	419 494	408 448	2,70%
Receita efetiva	5 798 035	5 757 730	0,70%
Despesas correntes	3 582 143	3 794 649	-5,60%
Despesas de capital (efetivas)	2 237 992	1 785 133	25,37%
Despesa efetiva	5 820 135	5 579 782	4,31%
Saldo corrente	1 796 398	1 554 633	-15,55%
Saldo de capital	-1 818 498	-1 376 685	32,09%
Saldo da Gerência Anterior	233 177	52 409	444,91%
Saldo global efetivo	211 077	230 357	-8,37%

Verificou-se equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros) e Saldo da gerência anterior, em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

3. Análise da Despesa

3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

**Quadro 4 – Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa Segundo
a Natureza Económica**

Capítulos	Dotação Inicial	Alterações e revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	Reforços	Deduções	Valor	Peso	€	%
	€	€	€	€	%	€	%
Despesas com pessoal	1 740 778	35 641	45 749	1 730 670	27,4%	-10 108	-0,6%
Aquisição de bens e serviços	1 622 814	255 032	359 825	1 518 021	24,0%	-104 793	-6%
Juros e outros encargos	642 100	0	69 577	572 523	9,1%	-69 577	-11%
Transferências correntes	128 698	25 155	25 488	128 365	2,0%	-333	0%
Outras despesas correntes	11 808	261	446	11 623	0,2%	-185	-2%
Despesas correntes	4 146 198	316 088	501 085	3 961 201	62,7%	-184 997	-4%
Aquisição de bens de capital	1 014 100	246 287	483 491	776 896	12,3%	-237 204	-23%
Ativos Financeiros	45 702	0	0	45 702	0,7%	0	0%
Passivos financeiros	15 605 000	565 796	14 731 000	1 439 796	22,8%	-14 165 204	-91%
Outras despesas de capital	0	89 582	0	89 582	1,4%	89 582	n/a
Despesas de capital	16 664 802	901 664	15 214 491	2 351 976	37,3%	-14 312 826	-86%
Total	20 811 000	1 217 753	15 715 575	6 313 177	100,0%	-14 497 823	-70%

No decurso de 2016, registaram-se 7 modificações e 2 revisões ao orçamento.

As 7 alterações orçamentais no seu conjunto, não alteraram o valor global do orçamento, mas as revisões orçamentais diminuíram o orçamento inicial em 14.497.822,90 €, devido á não aprovação do Plano de Ajustamento Municipal no ano em curso.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

Quadro 5 – Despesa por Classificação Económica

Capítulos	Despesa Orçada € 1	Despesa comprometida /Realizada € 2	Despesa Paga € 3	Desvio € 4=3-1	Taxa de Execução % 5=3/1	Despesa realizada e não paga € 6=2-3
Despesas com pessoal	1 730 670	1 709 080	1 708 656	-22 013	99%	424
Aquisição de bens e serviços	1 518 021	1 289 692	1 174 407	-343 614	77%	115 285
Juros e outros encargos	572 523	569 045	567 240	-5 283	99%	1 805
Transferências correntes	128 365	125 064	123 064	-5 301	96%	2 000
Outras despesas correntes	11 623	8 775	8 775	-2 848	76%	0
Despesas correntes	3 961 201	3 701 657	3 582 143	-379 058	90%	119 514
Aquisição de bens de capital	776 896	706 662	662 913	-113 984	85%	43 749
Ativos Financeiros	45 702	45 702	45 702	0	100%	0
Passivos financeiros	1 439 796	1 439 796	1 439 796	0	100%	0
Outras Despesas de Capital	89 582	89 582	89 582	0	100%	0
Despesas de capital	2 351 976	2 281 741	2 237 992	-113 984	95%	43 749
Total	6 313 177	5 983 398	5 820 135	-493 042	92%	163 263

As despesas correntes pagas representaram 61,55% do total executado e as despesas de capital 38,45%.

Nas despesas correntes são as despesas com pessoal que têm maior peso, logo seguidas das despesas com aquisição de bens e serviços. As aquisições de bens e serviços são as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo foi de 343.614€. Em contrapartida, a dívida corrente a transitar para 2017 é de 119.514 €.

Em termos de execução, o desvio das despesas de capital está registado na rubrica aquisição de bens de capital e apresenta um desvio negativo de 113.984 €.

3.3. Evolução da Despesa

Quadro 6 – Evolução da Despesa Global Realizada e Paga

Capítulos	Pago 2016		Realizado 2016		Pago 2015			Realizado 2015		
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação
	€	%	€	%	€	%	15-16	€	%	15-16
Despesas com pessoal	1 708 656	29,4%	1 709 080	28,6%	1 774 666	31,8%	-3,7%	1 774 666	30,2%	-3,7%
Aquisição de bens e serviços	1 174 407	20,2%	1 289 692	21,6%	1 256 927	22,5%	-6,6%	1 529 331	26,0%	-15,7%
Juros e outros encargos	567 240	9,7%	569 045	9,5%	657 293	11,8%	-13,7%	663 110	11,3%	-14,2%
Transferências correntes	123 064	2,1%	125 064	2,1%	97 501	1,7%	26,2%	97 551	1,7%	28,2%
Outras despesas correntes	8 775	0,2%	8 775	0,1%	8 261	0,1%	6,2%	8 261	0,1%	6,2%
Despesas correntes	3 582 143	61,5%	3 701 657	61,9%	3 794 649	68,0%	-5,6%	4 072 920	69,3%	-12,0%
Aquisição de bens de capital	662 913	6,7%	706 662	11,8%	388 953	7,0%	70,4%	405 127	6,9%	74,4%
Ativos Financeiros	45 702	0,8%	45 702	0,8%	45 702	0,8%	0,0%	45 702	0,8%	0,0%
Passivos financeiros	1 439 796	23,2%	1 439 796	24,1%	1 350 478	24,2%	6,6%	1 350 478	23,0%	6,6%
Outras Despesas de Capital	89 582	0,0%	89 582	1,5%	0	0,0%	n/a	0	0,0%	n/a
Despesas de capital	2 237 992	38,5%	2 281 741	38,1%	1 785 133	32,0%	25,4%	1 801 307	30,7%	26,7%
Total	5 820 135	100%	5 983 398	100%	5 579 781	100%	4,3%	5 874 227	100%	1,9%

Em 2016 a despesa realizada aumentou 109.171 € e a despesa paga aumentou 240.354 €, face ao ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2016, resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2017, de 163.263 €.

Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente

As despesas correntes realizadas em 2016 (3.701.657€) foram inferiores às de 2015 (4.072.920 €) em cerca de 371.263 €. Os valores realizados e os valores pagos diminuíram 9,12% e 12,05%, respetivamente.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços, que na despesa orçada representam 27,41% e 24,05% e na despesa paga representam 29,36% e 20,18% respetivamente.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro 7 – Evolução da Despesa com Pessoal

Despesas com Pessoal	2016		2015		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	15-16	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes :	1 317 294	77,6%	1 349 061	76,5%	-31 768	-2,4%
Titulares órgãos soberania e memb. Órgãos Autárquicos	122 864	7,2%	117 099	6,6%	5 765	4,9%
Pessoal dos quadros-Reg. Cont. indivi. de trabalho	879 623	51,8%	888 083	50,3%	-8 460	-1,0%
Pessoal contratado a termo	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Pessoal em regime de tarefa ou avença	16 628	1,0%	22 219	1,3%	-5 591	-25,2%
Pessoal aguardando aposentação	0	0,0%	435	0,0%	-435	100,0%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Representação	25 005	1,5%	23 633	1,3%	1 372	5,8%
Suplementos e prémios	0	0,0%	480	0,0%	-480	-100,0%
Subsídio de refeição	91 592	5,4%	106 989	6,1%	-15 398	-14,4%
Subsídio de férias e Natal	166 309	9,8%	173 839	9,9%	-7 530	-4,3%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	15 273	0,9%	16 283	0,9%	-1 010	-6,2%
Abonos variáveis ou eventuais:	9 283	0,5%	24 626	1,4%	-15 343	-62,3%
Horas extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%

Despesas com Pessoal	2016		2015		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	15-16	
	€	%	€	%	€	%
Ajudas de Custo	2 226	0,1%	2 826	0,2%	-600	-21,2%
Abono para falhas	2 722	0,2%	2 764	0,2%	-42	-1,5%
Formação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Indemnizações por cessação de funções	0	0,0%	14 643	0,8%	-14 643	100,0%
Outros suplementos e prémios	4 335	0,3%	4 393	0,2%	-57	-1,3%
Segurança social:	370 897	21,8%	390 444	22,1%	-19 548	-5,0%
Encargos com a saúde	49 149	2,9%	64 198	3,6%	-15 049	-23,4%
Outros encargos com a saúde	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	11 589	0,7%	12 086	0,7%	-497	-4,1%
Outras prestações familiares	428	0,0%	2 515	0,1%	-2 088	0,0%
Contribuições para a segurança social	287 097	16,9%	288 064	16,3%	-967	-0,3%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Seguros	22 633	1,3%	23 580	1,3%	-947	-4,0%
Total	1 697 473	100,0%	1 764 132	100,0%	-66 658	-3,8%

As despesas com pessoal apresentam, em 2016, uma variação negativa de 66.658 € relativamente ao ano anterior.

A redução dos encargos com pessoal reflete-se com maior relevo na rubrica de Subsídio de Refeição (-15.398 €), no subagrupamento Remunerações Certas e Permanentes, na rubrica Encargos com Saúde (-15.049€), no que respeita ao subagrupamento segurança social e na rubrica Indemnizações por cessação de funções (-14.643€), no subagrupamento abonos variáveis ou eventuais.

Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital

As despesas de capital, orçadas para 2016 (2.351.976 €) foram superiores às de 2015 (1.991.042 €), o que representa cerca de 18 %.

Já no tocante às despesas pagas, a variação foi de 25% e decorre essencialmente da variação das rubricas, Investimentos e Locação Financeira.

Quadro 8 – Evolução das Despesas de Investimento Total

Rubricas	2016	2015	Variação	
	Valor €	Valor €	€	%
Habitacões	110 094,04	62 356,85	47 737,19	77%
Reparação e Beneficiação	110 094,04	62 356,85	47 737,19	77%
Construções Diversas	283 851,17	95 866,06	187 985,11	196%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	108 463,25	38 683,93	69 779,32	180%
Iluminação Pública	66 777,29	20 950,47	45 826,82	219%
Sinalização e Trânsito	5 318,52	34 000,44	-28 681,92	-84%
Outros	103 292,11	2 231,22	101 060,89	4529%
Equipamento de Informática	5 861,38	26 396,97	-20 535,59	-78%
Software Informático	32 691,75	108 162,02	-75 470,27	-70%
Equipamento administrativo	3 821,61	2 056,01	1 765,60	86%
Equipamento básico	6 006,71	0,00	6 006,71	n/a
Equipamento de recolha de resíduos	0,00	0,00	0,00	n/a
Outro	6 006,71	0,00	6 006,71	n/a
Ferramenta e Utensílios	6 699,62	5 464,99	1 234,63	23%
Investimentos incorpóreos	18 828,84	68 753,31	-49 924,47	-73%
Outros Investimentos	6 994,89	0,00	6 994,89	n/a
Total	474 850,01	369 056,21	105 793,80	29%

Em termos do investimento global, o valor pago atingiu o montante 474.850,01 €, que representa um acréscimo de 105.793,80 € face a 2015, e resulta essencialmente do aumento da rubrica de Construções Diversas.

Quadro 9 – Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município

Designação	2016		2015	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	416 744,00	100%	408 431,12	100%
-Fundos Comunitários	389 358,00	93%	384 410,00	94%
- Contratos de comparticipação / Protocolos	27 386,00	7%	24 021,12	6%
Receitas próprias	0,00	0%	0,00	0%
Investimento Pago	474 850,01	100%	369 057,21	100%

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico continua a ser as transferências de capital.

Quadro 10 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Realizado		Pago
	Valor € (1)	Valor € (2)	Taxa de Execução % (3) = (2) / (1)	Valor € (4)
Ação Social	1 942,00	1 941,68	99,98%	1 941,68
Funções Económicas	108 609,00	107 518,11	99,00%	107 518,11
Educação	3 448,00	3 447,60	99,99%	3 447,60
Promoção do Debate	36 974,10	29 458,18	79,67%	29 458,18
Requalificação/Adaptação dos Serviços Municipais	44 638,75	42 343,68	94,86%	42 343,68
Ambiente e Regeneração Urbana	513 216,55	411 012,47	80,09%	410 196,98
Cultura Desporto e Juventude	68 067,00	68 006,63	99,91%	68 006,63
Turismo	1,00	0,00	0,00%	0,00
Total	776 896,40	663 728,35	85,43%	662 912,86

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a função de Ambiente e Regeneração Urbana, absorveu 411.012,47€ equivalente a 61,92% do investimento total.

Dos 411.012,47 € aplicados no Ambiente e Regeneração Urbana, 212.766,47 € foram para Reabilitação e 81.159,81 € para Urbanismo.

3.3. Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um acréscimo de 29.211,05 €, resultando essencialmente da variação positiva da rubrica Outras

As transferências correntes para as Instituições sem fins lucrativos em termos orçamentais, são classificados como subsídios.

Quadro 11 – Estrutura das Transferências

Transferências	2016		Pago	2015		
	Realizado			Realizado		
	€	%	€	%	€	%
Transferências correntes	125 064,15	100,0%	123 064,15	100,0%	95 853,10	100,0%
Freguesias	35 047,72	28,0%	35 047,72	28,5%	35 561,43	37,1%
Associações de Municípios	4 227,72	3,4%	4 227,72	3,4%	0,00	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	62 695,33	50,1%	60 695,33	49,3%	60 291,67	62,9%
Outras	23 093,38	18,5%	23 093,38	18,8%	1 698,00	1,8%
Transferências de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Freguesias	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total	125 064,15	100%	123 064,15	100%	95 853,10	100%

Quadro 12 – Transferências para as Freguesias

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições	Apoio á Atividade das Freguesias	Total
	€	€	€
Algodres	275,83	2 338,40	2 614,23
Casal Vasco	275,13	1 473,52	1 748,65
Figueiró da Granja	276,04	2 672,46	2 948,50
Fornos de Algodres	531,42	3 537,35	4 068,77
Infias	275,11	626,93	902,04
Maceira	275,29	1 880,79	2 156,08
Matança	275,32	3 150,67	3 425,99

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições	Apoio á Atividade das Freguesias	Total
	€	€	€
Muxagata	275,47	2 320,10	2 595,57
Queiriz	275,54	2 514,59	2 790,13
União Cortiçô e Vila Chã	525,11	1 862,49	2 387,60
União Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro	775,75	4 704,27	5 480,02
União Sobral Pichorro e Fuinhas	527,78	3 402,36	3 930,14
Total	4 563,79	30 483,93	35 047,72

As transferências para as Juntas de Freguesia correspondem a 35.047,72€ e decorrem sobretudo do apoio à atividade das freguesias (no âmbito do protocolo de delegação de competências às mesmas).

Quadro 13 – Transferências por Entidades

Entidade	2016	2015	Variação 15-16	
	€	€	€	%
Associações				
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	4 227,72	0,00	4 227,72	n/a
Associação Human. Bombeiros Voluntários FAG	18 774,33	15 276,67	3 497,66	122,9%
Associação Desportiva de Fornos de Algodres	15 331,00	12 200,00	3 131,00	125,7%
Associação Recreativa e Cult. Figueiró da Granja	0,00	50,00	-50,00	n/a
Associação de Promoção S.C. D. Fornos de Algodres	571,00	0,00	571,00	n/a
Associação Promoção S.R.D.H. Maceira	571,00	0,00	571,00	n/a
Associação de Promoção Social, Recreativa e Desportiva de Vila Ruiva	100,00	100,00	0,00	100,0%
A.V.S.C. - Associação Social, Cultural e Recreativa de Vila Soeiro do Chão	0,00	50,00	-50,00	n/a
Associação para o Desenvolvimento Muxagata	2 000,00	1 050,00	950,00	90,5%
Subtotal	41 575,05	28 726,67	12 848,38	44,7%
Outros				
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	17 400,00	8 600,00	8 800,00	102,3%
Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres	2 445,00	3 075,00	-630,00	-20,5%
Fábrica Igreja Paroquial de Fornos de Algodres	500,00	10 000,00	-9 500,00	-95,0%
Liga dos Amigos de Figueiró da Granja	0,00	9 840,00	-9 840,00	n/a
Casa do Pessoal da Câmara Municipal Fornos de Algodres	571,00	0,00	571,00	n/a
CEKS Clube de Escolas de Karaté Shukokai	520,00	0,00	520,00	n/a
Clube Rodas do Inferno	621,00	0,00	621,00	n/a
Confraria da Urtiga de Fornos de Algodres	571,00	0,00	571,00	n/a

Entidade	2016	2015	Variação 15-16	
	€	€	€	%
Liga dos Amigos de Sobral Pichorro	720,00	0,00	720,00	n/a
Programas CEI	14 455,70	0,00	14 455,70	n/a
Bolsas de Estudo	5 950,00	0,00	5 950,00	n/a
Programa Emergência Social	2 687,68	1 698,00	989,68	58,3%
Subtotal	46 441,38	33 213,00	13 228,38	39,8%
Total	88 016,43	33 213,00	54 803,43	165,01%

A variação positiva de 54.803,43 €, deve-se essencialmente á implementação do Programa de Apoio às Associações e Coletividades, á nova classificação dos Programas CEI e á atribuição de Bolsas de Estudo.

4. Análise da Receita

4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Quadro 12 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação

Designação	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final
	€		€
Receitas Correntes	5 603 106	0	5 603 106
Receitas de Capital	15 206 394	-14 731 000	475 394
Outras Receitas	1 500	233 177	234 677
Total	20 811 000	-14 497 823	6 313 177

A comparação entre o orçamento inicial e final permite aferir da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

4.2. Execução Orçamental da Receita

Quadro 13 – Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica

Designação	Orçado	Liquidado	Cobrado	Desvio	Taxa de Execução
	€	€	€	€	
	(1)	(2)	(3)	(4) = (3) - (1)	(5) = (3) / (1)
Impostos Diretos	667 000,00	674 284,71	667 500,53	500,53	100,08%
Impostos Indiretos	5 803,00	1 754,75	1 744,25	-4 058,75	30,06%
Taxas, multas e outras penalidades	124 101,00	110 613,94	110 534,25	-13 566,75	89,07%

Designação	Orçado € (1)	Liquidado € (2)	Cobrado € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Rendimentos de propriedade	263 302,00	232 662,41	232 662,41	-30 639,59	88,36%
Transferências Correntes	3 874 979,00	3 892 093,58	3 892 093,58	17 114,58	100,44%
Venda de bens e serviços correntes	527 920,00	458 056,52	457 594,77	-70 325,23	86,68%
Outras receitas correntes	140 001,00	16 410,74	16 410,74	-123 590,26	11,72%
Receitas correntes	5 603 106,00	5 385 876,65	5 378 540,53	-224 565,47	95,99%
Vendas de bens de investimento	15,00	2 750,00	2 750,00	2 735,00	18333,33%
Transferências de capital	475 379,00	416 744,00	416 744,00	-58 635,00	87,67%
Receitas de capital	475 394,00	419 494,00	419 494,00	-55 900,00	88,24%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	1 500,00	24,49	78,50	-1 421,50	5,23%
Saldo da Gerência Anterior	233 177,10	233 177,10	233 177,10	0,00	100,00%
TOTAL	6 313 177,10	6 038 572,24	6 031 290,13	-281 886,97	95,53%

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas são inferiores no valor de 217.229,35€ em relação aos valores orçados, das quais se destacam as Outras receitas correntes e as Vendas de bens e serviços correntes.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 95,99%.

Quadro 14 – Receita Liquidada e Não Cobrada

Designação	Valor €
Receita orçada	6 313 177
Receita liquidada	6 038 572
Receita cobrada	6 031 290
Receita liquidada e não cobrada	43 557

A receita liquidada a terceiros e não cobrada ascende a 43.557€. Nos créditos a favor do Município de Fornos de Algodres estão refletidos, os montantes em débito de cobrança da fatura da água.

4.3. Evolução da Receita

Quadro 15 – Evolução da Receita Global Cobrada

Designação	2016	Peso %	2015	Variação 15-16
	€		€	
Impostos Diretos	667 500,53	11,51%	742 658,60	-10,12%
Impostos Indiretos	1 744,25	0,03%	699,21	149,46%
Taxas, multas e outras penalidades	110 534,25	1,91%	115 873,80	-4,61%
Rendimentos de propriedade	232 662,41	4,01%	217 213,18	7,11%
Transferências Correntes	3 892 093,58	67,13%	3 797 153,41	2,50%
Venda de bens e serviços correntes	457 594,77	7,89%	460 960,52	-0,73%
Outras receitas correntes	16 410,74	0,28%	14 327,24	14,54%
Receitas correntes	5 378 540,53	92,76%	5 348 885,96	0,55%
Vendas de bens de investimento	2 750,00	0,05%	13,87	19726,96%
Transferências de capital	416 744,00	7,19%	408 434,12	2,03%
Receitas de capital	419 494,00	7,24%	408 447,99	2,70%
Total das receitas s/ reposições	5 798 034,53	100,00%	5 757 333,95	0,71%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	78,50	0,00%	396,05	-80,18%
Total das receitas com reposições	5 798 113,03	100,00%	5 757 730,00	0,70%
Saldo da gerência anterior	233 177,10	0,00%	52 409,38	0,00%
Total	6 031 290,13	100,00%	5 810 139,38	3,81%

No ano de 2016 a receita cobrada aumentou em 221.150,75€, face ao ano de 2015.

Este acréscimo, verificado em termos globais, decorre, essencialmente, da inclusão do Saldo da gerência anterior.

Quadro 16 – Evolução da Estrutura da Receita Fiscal

Designação	2016			Taxa de Execução	2015	
	Orçado	Executado	Desvio		Executado	Varição
	€	€	€		€	15-16
Imp. Mun. Sobre imóveis (IMI)/Contribuição autárquica	520 000,00	486 808,50	-33 191,50	93,62%	551 334,72	-11,70%
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	90 000,00	87 444,49	-2 555,51	97,16%	87 501,57	-0,07%
Imp. Mun. Sobre transm. Onerosas imóveis (IMT)/SISA	36 000,00	66 293,93	30 293,93	184,15%	82 849,99	-19,98%
Derrama	21 000,00	26 953,61	5 953,61	128,35%	20 972,32	28,52%
Impostos diretos	667 000,00	667 500,53	500,53	100,08%	742 658,60	-10,12%
Mercados e feiras	1,00	0,00	1,00	0,00%	0,00	n/a
Loteamentos e obras	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	n/a
Ocupação da via pública	3 000,00	120,00	-2 880,00	4,00%	56,00	114,29%
Publicidade	1 400,00	435,40	-964,60	31,10%	591,40	-26,38%
Saneamento	1,00	0,00	-1,00	0,00%	0,00	n/a
Outros	1 301,00	1 188,85	-112,15	91,38%	51,81	2194,63%
Impostos indiretos	5 803,00	1 744,25	-4 058,75	30,06%	699,21	149,46%
Mercados e feiras	14 000,00	13 715,70	-284,30	97,97%	12 289,63	11,60%
Loteamentos e obras	8 200,00	8 993,50	793,50	109,68%	8 748,20	2,80%
Ocupação da via pública	1 500,00	679,25	-820,75	45,28%	774,75	-12,33%
Caça, uso e porte de arma	500,00	0,00	-500,00	0,00%	41,90	-100,00%
Saneamento	1,00	0,00	-1,00	0,00%	0,00	n/a
Outras	95 800,00	86 402,02	-9 397,98	90,19%	93 776,60	-7,86%
Multas e outras penalidades	4 100,00	743,78	-3 356,22	18,14%	242,72	206,44%
Taxas, multas e outras penalidades	124 101,00	110 534,25	-13 566,75	89,07%	115 873,80	-4,61%
Total	796 904,00	779 779,03	-17 124,97	97,85%	859 231,61	-9,25%

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a segunda parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo registado uma diminuição de 9,25 % em relação ao ano de 2015.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi inferior em 75.158,07€ ao executado em 2015, tendo uma evolução negativa de 10,12%, relativamente ao ano transato.

Nos impostos diretos, com uma execução superior, releva-se o IMT, que registou um aumento de 30.293,93 €, face à previsão orçamental.

Dos restantes impostos diretos, destaca-se ainda uma diminuição do IMI no valor de 33.191,50€. Os impostos indiretos são influenciados, quase na sua totalidade, pelo comportamento das receitas relacionadas com a publicidade que teve um aumento em termos percentuais de 149,46%, em relação ao ano transato.

Nas taxas, multas e outras penalidades regista-se uma variação negativa de 4,61%, influenciadas pela rubrica Outras. Esta evolução representa um decréscimo de 7.373,98€.

As receitas de capital registaram, em 2016, um decréscimo 2,70% relativamente a 2015, ou seja, menos 11.046,01€, em resultado essencialmente do acréscimo da rubrica de transferências de capital.

Nas transferências de capital são contabilizadas as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e transferências da Administração Central.

Quadro 17 – Estrutura e Execução das Receitas de Capital

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	
Terrenos	4,00	0,00%	0,00	0,00%	-4,00	-100,00%
Habitacões	4,00	0,00%	0,00	0,00%	-4,00	-100,00%
Edifícios	4,00	0,00%	0,00	0,00%	-4,00	-100,00%
Outros bens de investimento	3,00	0,00%	2 750,00	0,66%	2 747,00	91566,67%
Venda de bens de investimento	15,00	0,00%	2 750,00	0,66%	2 735,00	18233,33%

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%		
Fundo de equilíbrio financeiro	384 410,00	80,61%	389 358,00	92,80%	4 948,00	1,29%
FEDER	90 969,00	19,08%	27 386,00	6,53%	-63 583,00	-69,90%
Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n/a
Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n/a
Transferências de Capital	475 379,00	99,68%	416 744,00	99,33%	-58 635,00	-12,33%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 500,00	0,31%	78,50	0,02%	-1 421,50	-94,77%
Total	476 894,00	100,00%	419 572,50	100,00%	-57 321,50	-12,02%

Com um desvio de -57.321,50€, devido sobretudo à rubrica FEDER , que foi prevista em orçamento inicial e não foi liquidada.

4.5. Transferências e Subsídios obtidos

Quadro 18 - Receita Proveniente de Transferências

Transferências	2016		2015		Variação 15-16
	Valor	Peso	Valor	Peso	
	€	%	€	%	
FEF/FSM/ Participação fixa no IRS	4 104 906,00	95,27%	4 055 140,00	96,42%	1,23%
Correntes	3 715 548,00	86,23%	3 670 730,00	87,28%	1,22%
Capital	389 358,00	9,04%	384 410,00	9,14%	1,29%
Fundos Comunitários	96 629,04	2,24%	40 772,60	0,97%	137,00%
Correntes	69 243,04	1,61%	16 748,48	0,40%	0,00%
Capital	27 386,00	0,64%	24 024,12	0,57%	13,99%
Outros contratos programa / Protocolos	107 302,54	2,49%	109 674,93	2,61%	-2,16%
Correntes	107 302,54	2,49%	109 674,93	2,61%	-2,16%
Capital		0,00%	0,00	0,00%	N/A
Transferências					
Correntes	3 892 093,58	90,33%	3 797 153,41	90,29%	2,50%
Capital	416 744,00	9,67%	408 434,12	9,71%	2,03%
Total	4 308 837,58	100,00%	4 205 587,53	100,00%	2,46%

As transferências obtidas são superiores em 103.250,05€ às recebidas em 2015.

Esta variação resulta essencialmente do acréscimo dos Fundos Comunitários correntes.

5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 19 – Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2015	233 177,10	229 476,79	462 653,89
Receitas arrecadadas	5 804 906,84	396 314,93	6 201 221,77
Despesas Pagas	5 820 135,11	383 864,06	6 203 999,17
Saldo a transitar para 2017	217 948,83	241 927,66	459 876,49

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 459.876,49€, que se decompõe em 217.948,83€ de saldo de operações orçamentais e 241.927,66€ de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas espelha a natureza e a origem e aplicações de fundos.

A evolução dos recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria estão refletidos no quadro seguinte:

Quadro 20 – Operações de Tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Cientes e utentes c/ cauções	863,22	0,00	1 400,00	2 263,22
Retenção de impostos sobre rendimentos	11 379,53	147 270,93	146 755,65	10 864,25
Restantes impostos	48 568,05	23,00	144,12	48 689,17
Contribuições para a Segurança Social	13 573,67	173 842,67	173 666,38	13 397,38
Outras tributações	468,06	43 772,90	55 583,34	12 278,50
Sindicatos	1 909,98	18 954,56	18 765,44	1 720,86
Devedores e credores diversos	139 211,86	0,00	0,00	139 211,86
Total	215 974,37	383 864,06	396 314,93	228 425,24

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Fornos de Algodres realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

Quadro 21 – Garantias e Cauções

Descrição	Total €
Saldo Inicial	1 567 781,93
Cauções rececionadas	0,00
Cauções devolvidas	0,00
Saldo para a gerência seguinte	1 567 781,93

Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2016.

Quadro 22 - Balanço Sintético

Designação	2016		2015		Variação 15-16	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Imobilizado	37 642 829	96,34%	39 595 407	96,37%	-1 952 578	-5%
Existências	9 783	0,00%	9 643	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0,00%	0	0,00%	0	0%

Designação	2016		2015		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	15-16	
	€	%	€	%	€	%
Dívidas de terceiros - curto prazo	215 188	0,55%	181 789	0,44%	33 399	118%
Disponibilidades	459 876	1,18%	462 654	1,13%	-2 777	-1%
Acréscimos e diferimentos	743 485	1,90%	835 963	2,03%	-92 478	89%
Ativo líquido	39 071 162	99,97%	41 085 457	99,98%	-2 014 295	-5%
Património	3 901 527	-80,81%	3 901 527	-86%	0	0%
Ajustamentos em partes de capital	0	0,00%	0	0%	0	0%
Reservas	0	0,00%	0	0%	0	0%
Subsídios	0	0,00%	0	0%	0	0%
Doações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Regularizações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Resultados	-8 729 820	180,81%	-8 453 500	186%	-276 320	3%
Fundos próprios	-4 828 293	100,00%	-4 551 972	100,00%	-276 320	6%
Provisões para riscos e encargos	3 428 169	7,81%	3 001 415	6,58%	426 754	114%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	27 322 405	62,24%	28 713 726	62,92%	-1 391 321	-5%
Dívidas a terceiros - curto prazo	1 200 608	2,73%	1 337 788	2,93%	-137 180	-10%
Acréscimos e diferimentos	11 948 273	27,22%	12 584 502	27,57%	-636 229	-5%
Passivo	43 899 454	100%	45 637 429	100%	-1 737 975	-4%

A diminuição de 5% do ativo líquido deve-se ao efeito conjugado da redução do imobilizado (-1.952.578€), dos acréscimos e diferimentos (-92.478€) e das disponibilidades (-2.777), conjugada com o acréscimo das dívidas de terceiros a curto prazo (33.399 €).

Os fundos próprios tiveram uma ligeira melhoria em resultado da incorporação do resultado líquido positivo do exercício de 2016, em resultados transitados.

A redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (-1.391.321€), de acréscimos diferimentos (-636.229€) e das dívidas a curto prazo (-137.180€), conjugado com o aumento das provisões para riscos e encargos no montante de 426.754€, implicou uma redução do passivo no montante de 1.737.975€, representado em valor percentuais uma diminuição do passivo em 4%.

Quadro 23 – Indicadores do Balanço

Indicadores	2016	2015
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo/Ativo Total	96,34%	96,37%
Ativo Circulante/Ativo Total	3,66%	3,63%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	2635,44%	2657,32%
Estrutura do Passivo		
Recursos Permanentes/Passivo	166,94%	166,87%
Passivo de Longo Prazo/Passivo Exigível	98,40%	98,33%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Exigível	6,82%	7,23%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	6,93%	7,36%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo/Endividamento a médio longo prazo	137,77%	137,90%
Amortizações do exercício/Variação do Imobilizado	826,92%	549,57%
Análise do Passivo Exigível		
Coefficiente do Endividamento		
Passivo Exigível/Fundos Próprios	-590,75%	-660,19%
Coefficiente de Endividamento de Curto Prazo		
Passivo Exigível Curto Prazo/Fundos Próprios	-24,87%	-29,39%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo		
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Fundos Próprios	-565,88%	-630,80%
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	73,71%	73,60%
Grau de Autonomia		
Fundos Próprios/Ativo Total	-0,12	-0,11
Grau de Liquidez Geral		
Ativo Circulante/Exigível a Curto Prazo	1,24	1,15
Grau de Liquidez Imediata		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,04	1,01
Grau de Solvabilidade		
Ativo/Passivo Exigível	0,97	0,96

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo face ao ano transato do Município de Fornos de Algodres.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2015. A diminuição em termos globais resulta da diminuição do ativo fixo relativamente ao ativo circulante por contrapartida do acréscimo do ativo circulante no ativo total.

Na estrutura do passivo constatou-se uma ligeira diminuição de recursos permanentes comparativamente com o ano 2015. Registou-se também um decréscimo do passivo exigível e do passivo longo prazo.

Pese embora o decréscimo registado no ativo fixo, verifica-se uma melhoria (0,13%) face ao endividamento médio e longo prazo do Município de Fornos de Algodres.

O acréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao facto do valor do aumento das amortizações, em 2016, ser mais expressivo que a variação do imobilizado bruto.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam valores negativos, mas verificou-se uma melhoria muito significativa (4,52%) devido a uma diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo.

A autarquia deve apresentar uma certa independência em relação a capitais alheios, pelo que, no financiamento dos seus investimentos, deve recorrer essencialmente a capitais próprios. O Grau de Autonomia analisa a parcela dos ativos que é financiada por capital próprio. Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Este rácio em 2016 tem o valor de $-0,12$.

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, acumulou desde 2004 resultados líquidos negativos que se refletem nos resultados transitados, que no ano 2016 representam o valor acumulado de $-8.789.543,23€$, pelo que a sustentabilidade financeira, comprovada pela autonomia financeira, o que compromete a autonomia financeira nos próximos anos.

Os rácios de liquidez dão ideia da capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

O Grau de Liquidez Geral revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. O Município tem uma liquidez geral em 2016 de 1,24. Este rácio deve ser pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo e tal verificou-se. Conclui-se que o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo. Facto que se verifica desde o ano de 2015.

O Grau de Liquidez imediata é aquele que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma empresa. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por

disponibilidades. O valor em 2016 é de 1,04 o que representa que as disponibilidades são suficientes para cobrir o passivo circulante.

O Grau de Solvabilidade representa a capacidade da empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da empresa face aos credores. O nível satisfatório para o Grau de Solvabilidade é o valor 1.

O Grau de Solvabilidade em 2016 é de 0,97, o que significa que a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos está tendencialmente a aproximar-se do valor de referência o que, do ponto de vista económico representa um capital próprio que garante a liquidação do seu passivo e tem expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura.

Conclui-se que os meios próprios da autarquia se revelam suficientes para cumprir todas as suas obrigações à medida que se vão vencendo.

7. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2016.

Quadro 24 – Demonstração dos Resultados por Natureza

Designação	2016		2015		Variação	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
Custos e perdas						
1 Custos merc. Vend. E das mat. Consumidas	248 142	3,85%	225 811	3,47%	22 331	9,89%
2 Fornecimentos e serviços externos	1 358 641	21,11%	1 319 205	20,26%	39 436	2,99%
3 Pessoal	1 729 680	26,87%	1 753 083	26,92%	-23 403	-1,33%
4 Transf. e subsídios correntes concedidos	120 334	1,87%	96 951	1,49%	23 383	24,12%
5 Amortizações do exercício	2 273 177	35,31%	2 242 573	34,43%	30 604	1,36%
6 Provisões do exercício	3 888	0,06%	141 306	2,17%	-137 418	-97,25%
7 Custos e perdas financeiras	597 730	9,29%	700 901	10,76%	-103 171	-14,72%
8 Outros custos	105 510	1,64%	32 890	0,51%	72 620	220,80%

Total	6 437 103	100,00%	6 512 720	100,00%	-75 617	-1,16%
Designação	2016		2015		Variação	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	15-16 €	%
Proveitos e ganhos						
9 Vendas e prestações de serviços	447 759	6,89%	418 522	6,38%	29 238	6,99%
10 Impostos e taxas	819 037	12,61%	857 376	13,06%	-38 340	-4,47%
11 Variação da produção	0	0,00%	0	0,00%	0	n/a
12 Transferências e subsídios correntes	4 223 148	65,00%	4 241 461	64,61%	-18 313	-0,43%
13 Proveitos financeiros	247 087	3,80%	231 540	3,53%	15 546	6,71%
14 Outros Proveitos	759 795	11,69%	815 885	12,43%	-56 089	-6,87%
Total	6 496 826	100,00%	6 564 784	100,00%	-67 958	-1,04%
Resultado líquido do exercício	59 723		52 064		7 659	14,71%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2016 apresentam, no seu conjunto, um decréscimo de 75.617€ relativamente ao ano anterior.

O decréscimo das provisões do exercício em 137.418€ e dos custos e perdas financeiras em 103.171€ têm um peso muito significativo na diminuição dos custos.

Os custos com pessoal têm um peso nos custos da autarquia de 26,87% e são superiores ao peso dos fornecimentos e serviços externos nos custos totais.

Os proveitos diminuíram em 67.958€ em relação a 2015. O peso da variação dos proveitos na variação dos custos é de 10,12%.

O decréscimo dos proveitos deve-se sobretudo á diminuição dos Outros Proveitos (56.089€) e dos Impostos e taxas (38.340€).

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício positivo de 59.723€.

É de salientar que desde o ano 2004 não se registavam resultados líquidos positivos. O ano 2016, dá continuidade ao ciclo de bons resultados que se iniciou em 2015.

O ano 2015 encerrou um ciclo de maus resultados, que tiveram continuidade no ano 2016.

Constatando-se que o resultado líquido do exercício sofreu uma melhoria significativa face ao ano transato, representado em termos percentuais por 14,71 %.

8. Dívida

8.1. Dívida global

A gestão da dívida está refletida no quadro abaixo.

Quadro 25 – Evolução da Dívida Bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2016	Capital em dívida 31/12/2015	Variação 15-16	
			€	%
Médio Longo Prazo				
Empréstimo Reequilíbrio Financeiro	28 019 618,22	29 459 414	-1 439 796	-4,9%
Total	28 019 618,22 €		- 1 439 796,05 €	-4,9%

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida com o empréstimo relativo ao plano de reequilíbrio financeiro. No final do ano de 2016 esta dívida ascendia a 28.019.618,22€, registando uma diminuição de -1.439796,05 € face a 2015.

8.2. Serviço da Dívida

Quadro 26 – Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da dívida (MLP)	2016	2015	Variação 15-16	
			€	%
Juros	560 204	649 522	-89 318	-13,8%
Amortizações	1 439 796	1 350 478	89 318	6,6%
Total	2 000 000	2 000 000	0	0,0%

O total gasto no serviço da dívida foi de 2.000.000,00 €, aumentando o valor da amortização do empréstimo na mesma proporção da redução dos juros.

8.3. Dívida Líquida

Quadro 27 - Dívida líquida de Curto Prazo

Designação	2016	2015
(1) Despesa realizada	5 983 398	5 874 227
(2) Despesa paga	5 808 482	5 480 224
(3) Receita liquidada	6 038 572	5 814 127
(4) Receita cobrada	6 031 290	5 810 139
(5) Saldo bruto da dívida (1) - (2)	174 916	394 003
(6) Receita por cobrar, afeta à despesa em dívida (3) - (4)	7 282	3 988
(7) Disponibilidades de tesouraria em 31.12	217 949	233 177
(8) Dívida Líquida (5) - (6) - (7)	-50 315	156 838

A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, registou uma forte diminuição (207.153 €). Em dezembro de 2016, os créditos do Município de Fornos de Algodres para com terceiros foram inferiores ao valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa no valor de cerca de 50.315€.

8.4. Capacidade de Endividamento

O limite do endividamento líquido municipal fixava-se em “125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior”, conforme definido no art.º 37º da Lei 2/2007, de 15 de janeiro.

Nos termos do artigo 98.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento do Estado, o limite de endividamento líquido de cada município para 2016, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2015;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio. O limite do endividamento de médio e longo prazo fixou-se em 5.336.404,89€.

Quadro 28 - Limites de Endividamento

Descrição	2016
Impostos Municipais	
Imp. Mun. Sobre imóveis (IMI)/Contribuição autárquica	490 313,38 €
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	87 480,99 €
Imp. Mun. Sobre transm. Onerosas imóveis (IMT)/SISA	69 536,73 €
Derrama	26 953,61 €
Subtotal Impostos Municipais	674 284,71 €
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 504 223,00 €
Participação Fixa no IRS	90 325,00 €
Montante das Receitas para Efeito de Endividamento	4 268 832,71 €
Limite do Endividamento Líquido Municipal	5 336 040,89 €

Em 31 de dezembro de 2016 e atentos os pressupostos e condições, quer da Lei das Finanças Locais quer da Lei do Orçamento do Estado para o ano em apreço, o Município de Fornos de Algodres cumpre o limite estabelecido.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 59.723,15€ tenha a seguinte aplicação:

59.823,15€ para Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara Municipal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2016 e o Balanço Final de 2015.

Em observância com o disposto no POCAL, a ótica patrimonial prevalece sobre a ótica Económica.

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação

Município de Fornos de Algodres

N.º de Identificação Fiscal: 505.592.959

Estrada Nacional 16

Apartado 15

6370-999 Fornos de Algodres

Composição do Órgão Executivo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016:

Presidente: António Manuel Pina Fonseca

Vereadores: Rita Isabel Almeida Silva

Alexandre Filipe Fernandes Lote

João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa

José Fernando Almeida Tomás

Composição do Órgão Deliberativo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016:

Presidente: José Severino Soares Miranda

Secretário: Artur Francisco Almeida de Oliveira

Secretário: Tiago Miguel Vaz de Sousa

8.1.2 – Legislação

A lei 73/2013 de 12 de setembro vem regulamentar regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revogar a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro.

Assim a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro determina que os municípios e freguesias estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A contabilidade das autarquias locais respeita o POCAL, e visa:

- a) O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- b) O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- c) Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCAL, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- d) Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- e) A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- f) A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas.

8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

O despacho n.º 675/2013, de 10 de janeiro vem regulamentar a Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

A Câmara Municipal tem as competências materiais e as competências de funcionamento previstas nos artigos 34.º e 35.º da lei 75/2013 de 12 de setembro.

O artigo 24.º da lei 75/2013 de 12 de setembro circunscreve à Assembleia Municipal competências de apreciação e fiscalização e as competências de funcionamento. A alínea a) do número 2 do artigo 25.º concede à assembleia municipal as competências de acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências.

8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei 75/2013 de 12 de setembro nomeadamente nos artigos 34.º e 35.º.

8.1.5 - Recursos Humanos

Ao abrigo do artigo 234.º da lei 1/2001 os nomes e demais elementos de identificação dos cidadãos eleitos e respetivos cargos são os seguintes:

Quadro 29 – Responsáveis da Entidade

Nome	Situação no Organismo ou Serviço	Período de Responsabilidade	Profissão	Morada
António Manuel Pina Fonseca	Presidente	01/01/2016 a 31/12/2016	Técnico Superior Segurança Social	Praceta Bento Ménni n.º 24-B 2º Esq 6300-519 Guarda
Rita Isabel Almeida Silva	Vice – Presidente	01/01/2016 a 31/12/2016	Técnica Superior Administração Local	Qta do Comareiro 6370-041 Figueiró da Granja
Alexandre Filipe Fernandes Lote	Vereador	01/01/2016 a 31/12/2016	Farmacêutico	Estrada Nacional 16 6370-147 Fornos de Algodres
João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa	Vereador	01/01/2016 a 31/12/2016	Técnico Superior IEFP	Rua Dr. Fernando Menano 6370-123 Fornos de Algodres
José Fernando Almeida Tomaz	Vereador	01/01/2016 a 31/12/2016	Gerente Bancário	Qta Gingeiras 6370-321 Infias

8.1.6 - Organização Contabilística

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL conjugados com os procedimentos constantes na Norma de Controlo Interno.

Os sistemas informáticos existentes Município de Fornos de Algodres e adstritos à contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT) e Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) da Associação Informática de Região Centro.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em

vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

Imobilizações

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2016. Foram igualmente registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja receção tenha ocorrido até ao final do ano de 2016. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição.

Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtido a título gratuito estão registados pelo valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso deste critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série).

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira.

O Município de Fornos de Algodres não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2016 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento registou, na sua totalidade, a aquisição de projetos.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transferências	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	226 045,44 €	- €	- €	- €	- €	226 045,44 €
Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	31 511 398,58 €	- €	243 802,23 €	- €	- €	31 755 200,81 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	145 872,54 €	- €	2 402,19 €	- €	- €	148 274,73 €
Outros bens de domínio público	- €	- €	2 519,67 €	- €	- €	2 519,67 €
Imobilizações em Curso	156 124,98 €	- €	31 201,10 €	- €	- €	187 326,08 €
Adiantamentos por Conta de Bens de domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subtotal	32 039 441,54 €	- €	279 925,19 €	- €	- €	32 319 366,73 €
De Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	- €	- €	18 828,84 €	- €	- €	18 828,84 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	121 025,31 €	- €	4 592,70 €	- €	- €	125 618,01 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €	- €	- €	- €	29 546,28 €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta de Imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subtotal	150 571,59 €	- €	23 421,54 €	- €	- €	173 993,13 €

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transferências	Saldo Final
De Imobilizações corpóreas						
Terrenos e Recursos Naturais	1 350 677,00 €	- €	- €	- €	- €	1 350 677,00 €
Edifícios e Outras Construções	26 947 409,78 €	- 336 043,39 €	148 876,02 €	- €	- €	26 760 242,41 €
Equipamento Básico	625 662,73 €	- €	52 572,63 €	- €	- €	678 235,36 €
Equipamento de Transporte	996 831,30 €	- €	125 578,34 €	- €	- €	1 122 409,64 €
Ferramentas e Utensílios	145 600,20 €	- €	4 945,92 €	- €	- €	150 546,12 €
Equipamento administrativo	1 035 362,66 €	- €	21 322,42 €	- €	- €	1 056 685,08 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	198 083,69 €	- €	- €	- €	- €	198 083,69 €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subtotal	31 299 627,36 €	- 336 043,39 €	353 295,33 €	- €	- €	31 316 879,30 €
De Investimentos Financeiros						
Partes de Capital	211 920,00 €	- €	- €	- €	- €	211 920,00 €
Obrigações e Títulos de Participação	319 911,26 €	- €	- €	- €	- €	319 911,26 €
Investimentos em imóveis - Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Investimentos em imóveis - Edifícios e Outras Construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras - Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transferências	Saldo Final
Outras Aplicações Financeiras - Títulos Dívida Pública	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras - Outros Títulos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	531 831,26 €	- €	- €	- €	- €	531 831,26 €

Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público				- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	16 066 783,67 €	1 589 526,41 €	- €	17 656 310,08 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	4 896,81 €	544,09 €	- €	5 440,90 €
Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
Subtotal	16 071 680,48 €	1 590 070,50 €	- €	17 661 750,98 €
De Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	- €	6 275,65 €	0	6 275,65 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	72 021,81 €	21 280,56 €	- €	93 302,37 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	28 659,78 €	886,50 €		29 546,28 €
Subtotal	100 681,59 €	28 442,71 €	- €	129 124,30 €
De Imobilizações corpóreas				
Terrenos e Recursos naturais	8 185,10 €	- €	- €	8 185,10 €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>				

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Edifícios	4 362 165,22 €	412 286,49 €	- 1 619,02 €	4 776 070,73 €
Outras Construções	1 182 655,85 €	109 450,08 €	- 52 225,80 €	1 344 331,73 €
Equipamento Básico	463 122,62 €	- €	- €	463 122,62 €
Equipamento de Transporte	942 669,97 €	46 219,75 €	- €	988 889,72 €
Ferramentas e Utensílios	140 582,44 €	2 517,78 €	- €	143 100,22 €
Equipamento administrativo	968 836,54 €	41 844,88 €	- €	1 010 681,42 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	159 057,30 €	14 927,50 €	0	173 984,80 €
Subtotal	8 227 275,04 €	627 246,48 €	- 53 844,82 €	8 908 366,34 €
De Investimentos em Imóveis				
Terrenos e Recursos naturais	- €	- €	- €	- €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>	- €	- €	- €	- €
Edifícios	809,51 €	809,51 €	1 619,02 €	- €
Outras Construções	25 617,93 €	26 607,87 €	52 225,80 €	- €
	26 427,44 €	27 417,38 €	53 844,82 €	- €
De Investimentos Financeiros				
Partes de Capital	- €	- €	- €	- €
Obrigações e Títulos de Participação	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €
Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €
Títulos da Dívida Pública	- €	- €	- €	- €
Outros Títulos	- €	- €	- €	- €

8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Contudo, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

- a) Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Encontram-se cedidos por contrato de concessão os equipamentos relativos à distribuição de Água em alta e às ETAR's

- b) Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável

- c) Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património e Aprovisionamento da autarquia.

A inventariação dos bens não valorizados foi realizada pela empresa Sight Portuguesa, Lda., estando os critérios e os motivos transcritos no relatório final.

8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	NIPC	Sede	Participação do Município
Águas do Zêzere e Côa	505115042	Guarda	116.550,00 €

Denominação Social	NIPC	Sede	Participação do Município
RESIESTRELA	507718232	Covilhã	49.370,00 €
Terras Serranas, SA	506468801	Fornos de Algodres	22.500,00 €
Fornos Vida, SA	509814735	Fornos de Algodres	7.500,00 €
CESAB	502883308	Mealhada	16.000,00 €

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2016 ascende a 10.189,35€, relativas à faturação de água.

8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo para Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
Garantias e Cauções				
0.93 Garantias e Cauções de Terceiros				
.0932 Garantias e Cauções de Terceiros Prestadas	3 450,00			3 450,00
.09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	1 564 331,86			1 564 331,86
.09322 Prestadas por Fornecedores de Imobilizado				
.09323 Prestadas por Outros Credores				
.0933 Garantias e Cauções de Terceiros Devolvidas				

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo para Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
.09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c				
.09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				
.09333 Devolvidas a Outros Credores				
.0934 Garantias e Cauções de Terceiros acionadas				
.09341 Acionadas a Fornecedores de c/c				
.09342 Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				
.09343 Acionadas a Outros Credores				
Total de Garantias e Cauções	1 567 781,86	0,00	0,00	1 567 781,86
Recibos para Cobrança				
.092 Recibos para Cobrança (Receita Virtual)				
.0921 À Responsabilidade do Tesoureiro				
.0922 À Responsabilidade de Outros Agentes				
Total de Recibos para Cobrança				
Total	1 567 781,86	0,00	0,00	1 567 781,86

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria				- €
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	9 301,40 €	887,95 €		10 189,35 €
292 Provisões para Riscos e Encargos	3 001 414,67 €	- €		3 001 414,67 €
39 Provisões para Depreciação de Existências				- €
49 Provisões para Investimentos Financeiros				- €
Total	3 010 716,07 €	887,95 €	- €	3 011 604,02 €

Pelo princípio da prudência e após consulta aos serviços jurídicos da Câmara Municipal, foi transmitido que no ano 2016, não se verificou nenhuma nova ação judicial.

8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	3 901 527,41 €			3 901 527,41 €
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas				
553 Outras variações nos capitais em empresas				
554 Depreciações				
57 Reservas				
571 Reservas legais				
575 Subsídios				
576 Doações				
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos				
578 Regularizações Entidades Participadas				
59 Resultados transitados	- 8 789 543,23 €	59 723,15 €		- 8 729 820,08 €
				- €
Total	- 4 888 015,82 €	59 723,15 €	- €	- 4 828 292,67 €

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	€		€	
Existências Iniciais	0,00		9 643,45	
Compras	230 427,98		18 034,16	
Regularização de existências	0,00		0,00	
Existências finais	0,00		-9 783,22	
Custos no Exercício	230 427,98		17 894,39	

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		Produtos e Trabalhos em Curso	
		€	€	€	€
Existências Iniciais	0,00	0,00		0,00	
Regularização de existências	0,00	0,00		0,00	
Existências Iniciais	0,00	0,00		0,00	
Aumento/Redução no Exercício	0,00	0,00		0,00	

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
		€	€			€	€
681	Juros Suportados	591 343,16	694 547,16	781	Juros Obtidos	0,00	0,81
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	1 309,27
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Investimentos em Imóveis	230 676,14	215 903,10



Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
		€	€			€	€
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participação de Capital	0,00	0,00
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	6 387,20	6 354,33	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-367 054,22	-483 688,31	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00
	Total	230 676,14	217 213,18			230 676,14	217 213,18

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
		€	€			€	€
691	Transferências de Capital Concedidas	0,00	0,00	791	Restituições de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em Existências	0,00	0,00	793	Ganhos em Existências	0,00	0,00
694	Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em Imobilizações	2 750,00	0,00
695	Multas e Penalidades	1 402,00	1 065,56	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	743,78	242,72
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	€	€	796	Reduções de Amortizações e Provisões	€	€
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	92 302,52	31 824,79	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	74 130,48	133 470,76
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	11 805,12	0,23	798	Outros Proveitos e Perdas Extraordinárias	682 171,01	682 171,21
	Resultados Extraordinários	654 285,63	782 995,11				
	Total	759 795,27	815 885,69			759 795,27	815 884,69

8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

Atendendo ao previsto no artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, sempre que os Municípios se encontrem em situação de rutura financeira, têm de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e a recorrer ao FAM.

Ainda neste domínio, determina o artigo 23.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que os Municípios devem apresentar uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), a qual, e ao que agora importa, deve preparar um conjunto de medidas específicas e quantificadas tendentes à diminuição da dívida total até ao limite legal.

O Plano de Ajustamento Municipal foi visado em Sessão Diária de Visto da 1ª Secção do Tribunal de Contas em 17/03/2017.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.